

V22 N65 | 2023

<http://dx.doi.org/10.32735/S0718-6568/2023-N65-1860>

## **"Mas a arte da juventude é resistir!"<sup>1</sup>: a reorganização coletiva dos movimentos sociais de juventude rural e a criação da Plataforma de Lutas da Juventude**

**Marcos Aurélio Freire da Silva Júnior**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil  
marcosaurelijunior@gmail.com

**Joana Tereza Vaz de Moura**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil  
joanateresa@gmail.com

**Recibido:** 10.11.2022 | **Aceptado:** 27.04.2023

**Resumo:** Em um cenário de crise política e desmontes de políticas públicas, impulsionados pelo veto presidencial do PL Assis de Carvalho, de apoio à agricultura familiar, e pelo desmonte do MDA, Incra e outros órgãos, os movimentos sociais de juventude do campo propuseram o chamado PL da Juventude, ou Plataforma de Lutas da Juventude, que visa agregar as novas pautas, assim como as demandas históricas da juventude rural. O presente artigo tem como objetivo analisar o processo de rearticulação e a agência dos movimentos sociais de juventude do campo, dificultado desde o golpe de 2016, através da construção do PL da Juventude, iniciado em 2021. A metodologia segue a abordagem qualitativa, onde, através de entrevistas e análise documental, analisaremos como os movimentos têm se reorganizado no campo político (partidos políticos, mandatos, IPs etc.) e unificado as pautas em torno da elaboração de um PL.

---

<sup>1</sup> Expressão usada pela representante de juventude da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar (CONTAG) para chamar os jovens do campo para a participação em uma *live*, em setembro de 2020 (CONTAG, 2020).

**Palavras-chave:** Movimentos sociais; juventude rural; participação política; Plataforma de Luta da Juventude.

## **"¡Pero el arte de la juventud es resistir!": la reorganización colectiva de los movimientos sociales juveniles rurales y creación de la Plataforma de Lucha Juvenil**

**Resumen:** En un escenario de crisis política y de desmantelamiento de las políticas públicas, impulsado por el veto presidencial al PL de Assis de Carvalho, de apoyo a la agricultura familiar, y el desmantelamiento del MDA, del Incra y de otros organismos, los movimientos sociales juveniles rurales han propuesto el llamado PL Juvenil, o Plataforma de Luchas Juveniles, que pretende agregar las nuevas agendas así como las demandas históricas de la juventud rural. El presente artículo tiene como objetivo analizar el proceso de rearticulación y la agencia de los movimientos sociales juveniles rurales, obstaculizados desde el golpe de 2016, a través de la construcción del PL da Juventude, que comenzó en 2021. La metodología sigue el enfoque cualitativo, donde, a través de entrevistas y análisis documental, analizaremos cómo los movimientos se han reorganizado en el ámbito político (partidos políticos, mandatos, PL, etc.) y han unificado agendas en torno a la elaboración de un PL.

**Palabras clave:** movimientos sociales; juventud rural; participación política; Plataforma de Lucha Juvenil.

## **"But the art of youth is to resist!": the collective reorganization of rural youth social movements and the creation of Youth Struggle Platform**

**Abstract:** In a scenario of political crisis and dismantling of public policies, driven by the presidential veto of the PL Assis de Carvalho, of support for family farming, and the dismantling of the MDA, Incra and other agencies, rural youth social movements have proposed the so-called Youth PL, or Youth Struggles Platform, which aims to aggregate the new agendas as well as the historical demands of rural youth. The present article aims to

analyze the process of re-articulation and the agency of rural youth social movements, hampered since the coup of 2016, through the construction of the Youth PL, started in 2021. The methodology follows the qualitative approach, where, through interviews and documentary analysis, we will analyze how the movements have reorganized themselves in the political field (political parties, mandates, IPs etc.) and unified agendas around the elaboration of a PL.

**Keywords:** social movements; rural youth; political participation; Youth Struggle Platform.

**Como citar este artículo:**

Freire, M. y Vaz, J. (2023). "Mas a arte da juventude é resistir!": a reorganização coletiva dos movimentos sociais de juventude rural e a criação da Plataforma de Lutas da Juventude. *Polis Revista Latinoamericana*, 22 (65), 18-54. doi: <http://dx.doi.org/10.32735/S0718-6568/2023-N65-1860>

## Introdução

A conjuntura política e social imposta pela crise política iniciada em 2015, aprofundada em 2016 e ampliada em 2019, com o início do governo Bolsonaro (Partido Liberal), resultou, para a juventude rural brasileira, no desmonte de políticas públicas, na interrupção de avanços institucionais e na desinstitucionalização da participação social. Esse contexto forçou o reordenamento das táticas empregadas pelos movimentos sociais de juventude do campo, que, nos governos anteriores, tinham maior acesso às instituições e maior influência na proposição de políticas públicas, através, principalmente, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ).

A presença dos movimentos de juventude na SNJ, MDA e nas instituições participativas, como o Conselho Nacional de Juventude e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, está relacionada com o que Vázquez e Cozachcow

(2017) chamaram de "regresso à política", ou seja, uma reaproximação dos jovens com os partidos políticos e as instituições formais da política, somado, ainda, à um intenso processo de inserção de jovens na militância.

No entanto, as mudanças de regime tiveram consequências nas interações socioestatais e alteraram os repertórios utilizados pelos movimentos de juventude. De acordo com Medeiros (2020) os tipos de mobilização empregados historicamente pelos movimentos sociais sofreram uma retração e não fazem mais parte do repertório utilizado para demandar suas pautas desde o início do governo Bolsonaro. Para a autora, os movimentos "parecem estar acuados, premidos pela ausência de possibilidades de diálogo e pelas ameaças de violência" (p. 492). Esse recuo tático foi ainda imposto pelas condições da pandemia do Covid-19, que impuseram o distanciamento social, obrigando os movimentos sociais a repensarem novas formas de atuação coletiva no campo político.

Com a emergência da necessidade de ações pontuais de solidariedade devido aos desdobramentos da pandemia, os jovens do campo inseridos em organizações e movimentos, passaram a dedicar seus esforços em campanhas de arrecadação e doação de alimentos, ajuda comunitária, além de mobilizações remotas (*lives*, encontros online etc.), na tentativa de suprir a falta de atenção do poder público. Com o negacionismo em curso no país, principalmente impulsionado pelo governo federal, o atraso da vacinação postergou a queda dos índices da pandemia e apenas entre o segundo semestre de 2021 e início de 2022, já com a vacinação em estágio mais avançado e com o retorno das aulas presenciais em boa parte das escolas e universidades, os movimentos sociais passaram a reorganizar a juventude de maneira mais efetiva. Em 2022, ano de eleição estratégico para a juventude pois havia a sinalização de um

potencial retomada das forças progressistas, as organizações deram início ao planejamento do retorno de atividades e mobilizações presenciais, utilizando repertórios históricos como as caravanas, brigadas e acampamentos de juventude.

Essa tentativa de uma articulação mais organizativa por parte dos movimentos tinha como principal reivindicação aglutinadora as políticas de incentivo à permanência do jovem no campo, na tentativa de frear o desmonte sofrido pela população rural, mas também considerava demandas históricas dos movimentos rurais, como a luta pela reforma agrária e a reestruturação de políticas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Projovem, entre outras.

Os anos eleitorais impõem historicamente um desafio para as organizações juvenis do campo, e, em 2022, o desafio principal das organizações consistiu na derrota eleitoral do bolsonarismo, tanto à nível federal, como à nível local. Dessa forma, a mobilização dos movimentos sociais que tentaram reverter os desmontes sofridos perpassou pela criação de uma plataforma que buscava unificar as pautas das diversas organizações. Essa plataforma se materializou na construção da denominada Plataforma da Juventude do Campo, e na tentativa de construção do chamado PL da Juventude, que denunciava os desmontes e anunciava iniciativas emergentes para o jovem viver e permanecer no campo, envolvendo questões acerca de temas como educação, acesso à terra, geração de renda e outras pautas interseccionais, fomentadas por conceitos agroecológicos, feministas, camponeses e populares.

Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo analisar a agência dos movimentos sociais de juventude do campo na tentativa de unificar as demandas em torno de uma Plataforma

em um período de desinstitucionalização e crises democrática e sanitária. A questão que norteia a pesquisa é: quais foram as ações empreendidas, quais as estratégias utilizadas e quais os repertórios empregados nessa mobilização em tempos adversos à participação? Além disso, busca-se entender a mudança nas estratégias dos movimentos sociais, que, nos governos progressistas utilizaram das interações socioestatais com o Executivo e, no Governo Bolsonaro, articularam mais efetivamente com o Legislativo. Ou seja, buscamos também refletir sobre a crescente percepção de que os partidos fazem parte da agenda dos movimentos no legislativo e, portanto, mudanças nas coalizões partidárias que estão no poder afetam diretamente as ações dos movimentos e as escolhas de quais repertórios serão mobilizados.

Considerando a literatura dos movimentos sociais, trabalhamos com os conceitos de repertório de confronto (Tilly, 1999) e repertório de interação (Abers; Serafim; Tataçiba, 2014) para compreender as dinâmicas dos movimentos de juventude rural em contextos específicos, ora marcados por oportunidades políticas ora por coerções e dificuldades de diálogos institucionais (Tarrow, 2009).

Para a reflexão sobre a importância da relação entre partidos políticos e movimentos sociais (Oliveira, 2022; Pereira, 2022; Tarrow, 2021, Zorzal, 2021), destacamos que, mesmo dentre atores mais radicais no campo político, há setores que fizeram opções não institucionais (como por exemplo, os movimentos da Via Campesina, ao imprimir esforços em ações internas), mas que em momentos de crise democrática constroem alianças mais gerais para disputa da política institucional.

Metodologicamente, nos ancoramos na abordagem qualitativa, através da observação participante, pesquisa documental e realização de entrevistas. Com relação à observação

participante, destaca-se que os autores estiveram presentes nos espaços virtuais (*lives*, encontros e grupos virtuais) de mobilização e articulação da rede formada, denominada Campo Unitário da Juventude, que pensou e propôs a Plataforma. Dessa participação, foi possível verificar os desafios da mobilização e da construção das pautas e estratégias para negociação com os deputados federais, as escolhas dos repertórios a serem mobilizados, além de compreender as dinâmicas que perpassam a juventude rural.

A pesquisa documental foi utilizada para analisar os trâmites institucionais dos Projetos de Lei que envolviam a juventude rural e analisar os documentos, sínteses e relatórios oriundos dos encontros e seminários dos movimentos.

Dentre as organizações do Campo Unitário que se articularam para a proposição do PL e da Plataforma, optamos por realizar entrevistas estruturadas com aquelas que têm um histórico de lutas no campo brasileiro e que têm tomado a frente nas disputas por políticas públicas para a juventude rural. Assim, selecionamos três organizações: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura (CONTAG) e a Pastoral da Juventude Rural (PJR). O MST tem se dedicado a promover espaços de diálogo da juventude desde início dos anos 2000, através dos Seminários de Juventude do movimento e da articulação com a Via Campesina, criando, em 2006, seu coletivo de juventude. A Contag, entidade sindical camponesa com quase 60 anos de atividade, no mesmo entendimento do MST de que era preciso dar voz à juventude, em 2001, criou a comissão de juventude da entidade. Registra-se, também, que a Contag tem pautado a bandeira da sucessão rural, importante pauta da Plataforma. Por fim, a Pastoral da Juventude, entidade ligada a Igreja Católica em sua vertente mais progressista, tem atuado desde o final dos anos

70 na articulação dos jovens do campo em parceria com os diversos movimentos sociais.

Assim, as entrevistas foram realizadas com os representantes dessas entidades que as representam no Campo Unitário. Esses três vêm articulando com outras entidades a pauta do PL da Juventude desde o ano de 2021 e, em 2022, mobilizaram candidaturas para 2023 buscando recolocar esse tema na agenda legislativa. As entrevistas buscaram compreender as estratégias da juventude para impulsionar essa demanda, assim como entender como se deram as relações com os deputados e com as entidades da sociedade civil em prol da Plataforma.

O artigo está dividido em quatro seções, além desta introdução. A primeira seção explora as chaves analíticas que possibilitam a compreensão das dinâmicas produzidas pela juventude rural na construção da Plataforma. Nos sustentamos, assim, nos conceitos de repertórios de confronto e repertórios de ação, oportunidades políticas e coerções. Na segunda seção, tratamos, brevemente, do processo de institucionalização da juventude rural enquanto categoria social e política e discutimos como esse processo está colocado atualmente. Na terceira seção, apresentamos os repertórios e táticas empregados pelos movimentos de juventude que imprimiram, a partir do caráter unitário das demandas, a construção do PL da Juventude e da Plataforma. Por fim, apresentamos as considerações finais com os apontamentos da pesquisa e as possibilidades de estudos futuros.

### **Os repertórios de confronto e interação nas dinâmicas dos movimentos sociais e as relações com os partidos políticos**

Para os autores da teoria do confronto político (Tarrow 2009; McAdam; Tarrow; Tilly, 2009), as questões estruturalistas que cercam a teoria do confronto político são marcadores



fundamentais para fundamentar e moldar a ação humana, considerando as estruturas de oportunidades políticas, mudanças de governo, processos políticos e atuação de partidos políticos.

Os autores buscam colocar no centro do debate a importância na causalidade das mobilizações, destacando a centralidade dos mecanismos e dos processos como pilares das mobilizações. Os mecanismos são constituídos de mediadores, como os partidos políticos, entendidos como mediadores externos que ajudariam a validar as reivindicações dos movimentos.

Essa teoria trouxe contribuições fundamentais para o estudo da ação coletiva, incluindo os estudos brasileiros. Se considerarmos que quanto mais acesso os movimentos sociais conseguem, menos contenciosos eles se mantêm, isso abre um leque de possibilidades analíticas que instigam a pensar a ação coletiva não apenas única e exclusivamente a partir de uma perspectiva conflituosa. Esse fato levou ao crescente aumento e o surgimento de novas lentes teórico-metodológicas que captam as pluralidades que permeiam as ações coletivas dos movimentos, com destaque para relações diversas, como as de cooperação com o Estado.

A agenda de pesquisa que se propõe a analisar, no Brasil, os repertórios de interação entre movimentos sociais e Estado possui uma ampla base teórica (Abers; Serafim; Tatagiba, 2014; Abers; von Bulow, 2011; Cayres, 2017; Rech, 2016, entre outros). Esses autores chamaram a atenção para as formas não contenciosas que têm feito parte da ação dos movimentos sociais em relação ao Estado, ou seja, os movimentos não estão apenas “de costas para o Estado” agindo de maneira conflituosa em suas ações, mas também, têm construído pontes de diálogos e de inserção na burocracia estatal a fim de atingir os objetivos de suas organizações.

No Brasil, a literatura tem apontado que a cooperação entre movimento social e Estado, traduzido no conceito de ativismo institucional, tem se feito presente no executivo nacional desde a década de 1980 (Abers; von Bulow 2011; Abers; Serafim; Tatagiba, 2014), porém, é com a entrada do Partido dos Trabalhadores no executivo nacional que as experiências de interação socioestatal passam a ganhar maior volume em várias áreas de governo.

Porém, para Abers, Serafim e Tatagiba (2014) poucos são os estudos sobre as relações construídas entre os movimentos sociais e o poder legislativo no Brasil. Para as autoras, esse fato pode estar relacionado com a percepção de que a política com o legislativo possui um caráter "menos nobre", muitas vezes chamado de *lobby*, palavra que no Brasil tomou um significado negativo. Porém, ainda para as autoras, os ativistas dos movimentos também utilizam o legislativo como uma arena de negociação direta com os atores estatais.

Conforme destaca Zorzal (2021), nas tentativas de influenciar o Estado, os movimentos sociais buscam não só se inserirem no campo administrativo-burocrático, mas também criar relações mais próximas com representantes do legislativo a fim de incentivar a "criação de novas normas, substituição de normas existentes ou suspensão de leis em vigor" (Zorzal, 2021, p. 43). Essas relações são também possibilitadas pela permeabilidade dos partidos políticos para a inserção de militantes dos movimentos, seja como candidatos seja como formadores de opinião dentro do partido. Zorzal (2021) destaca, ainda, que os partidos políticos se constituem como o principal mecanismos de mediação entre os cidadãos e o Estado nas democracias modernas, portanto, "as relações dos movimentos sociais com partidos políticos podem dizer muito sobre a influência do primeiro nas políticas públicas" (Zorzal, 2021, p. 47).

Sobre as relações entre movimentos e partidos, Tarrow (2021) sustenta que os contextos políticos afetam a maneira como os movimentos interagem com o Estado, ou seja, interações podem se acelerar, alianças podem se desenvolver, mas também os conflitos podem emergir. Em alguns casos, como quando há riscos de redefinições democráticas, instituições podem ser ameaçadas e/ou novas instituições serem criadas. Nesses casos, os movimentos sociais têm papel fundamental, especialmente aqueles que defendem os princípios democráticos, pois vão buscar aliar aos partidos progressistas e moldar as suas demandas com as pautas desses ou defender agendas transformadoras.

Ainda segundo Tarrow (2021), no último século podemos compreender essas relações entre movimentos e partidos pelas formas que elas assumiram:

i) movimentos introduzem novas formas de ação coletiva contenciosa para influenciar as campanhas eleitorais; ii) buscam aderir em coligações eleitorais; iii) desencadeiam a formação de contramovimentos, com ações reativas; iv) movimentos e partidos afetam uns aos outros; e, por fim, v) afetam também o futuro das instituições políticas e do próprio regime (Tarrow, 2021, p. 7). Em contextos de crise e analisando o caso dos Estados Unidos no século XXI, Tarrow argumenta que os movimentos vêm interagindo de maneira mais próxima dos partidos políticos, especialmente em momentos de enfraquecimento do sistema partidário. Segundo ele, isso não quer dizer que eles estejam se institucionalizando, mas pairando na fronteira entre repertórios transgressivos e rotineiros, “os movimentos estão prontos para a interação com o sistema partidário” (Tarrow, 2021, p.23).

Abers, Almeida e von Bülow (2022) destacam a importância de considerar que essas relações podem alterar e exercer influências

nas instituições. Assim, as autoras chamam atenção para a necessidade de trazer abordagens que destacam táticas e recursos contínuos, muitas vezes invisíveis e diferentes das táticas trazidas pelos atores dos movimentos para o sistema político e vice-versa. Essa relação movimento-partido precisa, ainda, ser analisada considerando as múltiplas redes e campos nos quais os indivíduos e organizações estão inseridos.

Assim, fica evidente a necessidade da ampliação dos estudos acerca das ações dos movimentos com o legislativo e com os partidos políticos. Contribuindo com esse avanço, Pereira (2020) analisa o ativismo institucional no Poder Legislativo no Brasil a partir do caso do embate dos movimentos cristãos e dos movimentos LGBT em torno da pauta da educação sexual nas escolas. Para o autor, os assessores parlamentares dos deputados que faziam parte da Frente Parlamentar Evangélica eram ligados à movimento cristão familistas e foram fundamentais na incorporação desse debate na cena política, mobilizando outros assessores, deputados, movimentos e população em geral.

Dessa forma, a agenda de pesquisa que busca compreender essas interações socioestatais mostram que a dinâmica dos movimentos sociais, e conseqüentemente seus repertórios, não tem permanecido a mesma. Torna-se fundamental, portanto, considerar os contextos políticos relacionando-os com as condições sociopolíticas da ação coletiva. No ítem a seguir, trataremos da construção da juventude rural enquanto categoria política e traremos um breve resgate de como os movimentos têm se articulado com o Estado durante os anos.

### **Juventude rural e políticas públicas: a institucionalização de uma categoria**

Pensar o papel do jovem no rural brasileiro contemporâneo perpassa pela compreensão desse ator como fundamental no processo de reprodução do patrimônio material e imaterial do campo, ou seja, dos modelos de produção, mas também das especificidades, culturas e saberes do rural brasileiro. Esse ator social e político que representa para além de uma força de trabalho significativa, constitui uma categoria importante no rural e precisa ser analisado através das lentes da diversidade regional, cultural e identitária, considerando as várias juventudes rurais que compõem o rural brasileiro.

De acordo com o último censo do IBGE, realizado em 2010, o número de jovens rurais no Brasil era de cerca de 8 milhões (IBGE, 2010). Entretanto, o MDA, utilizou uma outra metodologia que considerava aspectos territoriais e culturais para delimitar os municípios e territórios rurais, dada a diluição entre as fronteiras do rural e urbano. Esse novo entendimento por parte do Ministério trouxe, em 2016, o número de aproximadamente 20 milhões de jovens residentes em áreas, comunidades, municípios e assentamentos rurais no Brasil, representando 27% da população rural.

Para Carneiro (1999) a multiplicidade que marca a juventude rural enquanto categoria etária é refletida também na sua conceituação. Para a autora, naquele período, a tentativa de definir o que era o jovem rural esbarrava na proposta simplista de o classificar enquanto estudante, filho de agricultor ou adulto em potencial. Ainda para Carneiro (1999), juventude rural é uma categoria imprecisa e variável; e construída socialmente.

Castañeda (2011), definiu a juventude rural enquanto um campo analítico, compreendendo os jovens enquanto agentes envolvidos em disputas geracionais. Barcellos (2017; 2021), por sua vez, destaca como marcador da juventude rural a sua aproximação com a produção agrícola ou com a terra e a

relação dessa atividade com o desenvolvimento rural e as práticas sustentáveis para o campo. Além disso, o autor chama atenção para a necessidade das políticas públicas como possibilidade para a permanência do jovem no campo.

São esses aspectos de vida, as relações sociais e as dinâmicas sociais que diferenciam os jovens rurais dos jovens urbanos (Abramo, 2005), constituindo assim, a juventude rural enquanto uma categoria marcada de especificidades e particularidades. Tais especificidades renderam a discussão, potencializada no Brasil pelos estudos de Castro (2009) e Castro *et al* (2009), acerca do ficar ou sair do campo, e posteriormente, a discussão acerca da sucessão rural.

Porém, esse ator tão diverso vivenciou a invisibilidade do poder público durante anos, assim como, a invisibilidade nas próprias áreas rurais e nos movimentos sociais. É somente a partir dos anos 2000 que essa categoria passa a ganhar espaço na gestão, na academia e nos movimentos. A partir do acúmulo das mobilizações dos jovens organizados socialmente, a juventude do campo passa, nesse período, a ocupar mais incisivamente espaços importantes nas comunidades: associações de moradores, cooperativas, grupos locais etc. Somado a isso, a juventude passa a ocupar cargos de direção e coordenação nos movimentos sociais, sindicatos e demais organizações, fomentando uma maior visibilidade para suas demandas. Com isso, a criação e a ampliação de coordenações e coletivos de juventude dentro dos movimentos sociais do campo resultou numa participação massiva dos jovens em eventos, congressos nacionais e internacionais, jornadas e demais ações específicas voltadas para a juventude, que ajudariam, naquele período, a consolidar o jovem rural como ator importante nas mobilizações do campo.

Esse aumento na visibilidade da categoria refletiu também nos estudos e pesquisas acadêmicas acerca da juventude, que em sua maioria, concentravam os esforços em analisar a problemática histórica do êxodo rural. Outras questões de pesquisa foram surgindo em meio a essa pujança de participação que vivenciou a juventude do campo no início dos anos 2000. A juventude rural,

“ganhou espaço nas pesquisas acadêmicas com discussões acerca da migração campo-cidade, hierarquia e subordinação rural-urbana, relações de dependência entre jovens e pais, além de oportunidades de fixação no campo. Entretanto, o acesso dessa juventude às políticas públicas e aos espaços de participação social é limitado devido à ausência de reconhecimento de direitos civis básicos e de oportunidades educacionais, assim como a sua subordinação histórica e cultural” (Silva Júnior; Moura, 2021, p. 389).

Segundo Zonin e Kroth (2021), a temática da sucessão rural mostra-se presente atualmente de maneira a pensar o desenvolvimento rural no sentido de inserção da juventude em ações estratégicas, especialmente em um contexto político que demanda novas perspectivas e possibilidades de reestruturação do campo e de participação da juventude nesse processo. Ainda para os autores, é imprescindível que os jovens do campo sejam protagonistas de espaços como os sindicatos rurais, as cooperativas, as associações e os diversos movimentos sociais para poderem construir coletivamente as políticas públicas, ou seja, “os jovens rurais certamente estão entre aqueles que precisam de melhorias nos acessos a ativos e recursos de modo que possam ter a capacidade de tomar decisões” (Schneider, 2021, p. 18-19). Portanto, a pauta da sucessão rural, apesar de ter tido bastante repercussão nos anos 90, tem retornado para a agenda dos

movimentos de juventude do campo como uma demanda relevante para a construção do desenvolvimento rural.

Além disso, o processo de envelhecimento e masculinização do campo também impõe a necessidade de pensar políticas para a juventude que vão além da atividade agrícola. Políticas que desenvolvam a gastronomia, turismo, comércio e serviços se tornam cada vez mais fundamentais no processo de permanência do jovem no campo.

A relação da juventude rural, e da juventude de maneira geral, com as políticas públicas e as instituições formais da política no Brasil não possui um longo histórico. É somente em 2005 que a categoria juventude ganha status de categoria política, com a criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), no primeiro governo Lula, além da realização da I Conferência Nacional de Juventude, em 2008. Alguns anos depois, houve o lançamento do Comitê de Juventude Rural do CONDRAF em 2011, atualmente em processo de retomada, e o Seminário Nacional da Juventude Rural em 2012.

Ainda nos anos 2000, reverberou o surgimento de secretarias, comitês e conselhos estaduais e municipais, somado às frentes parlamentares locais, com o objetivo de discutir, propor e avaliar políticas e ações governamentais para a juventude. Essa institucionalização ficou conhecida como Política Nacional de Juventude. A atuação da juventude rural nesses espaços institucionais, principalmente no Conjuve e no Condraf, foi bastante propositiva, tendo os jovens do campo elegidos propostas nas conferências nacionais de juventude e tido uma representante dos movimentos sociais do campo como Secretária Nacional de Juventude no governo Dilma.



Porém, o acúmulo político conquistado nestes anos pelos movimentos sociais não conseguiu resistir às ações de desinstitucionalização à nível federal que acabou afastando as organizações e os militantes do Conjuve, SNJ e demais espaços institucionais, afetando a participação social em todos os níveis federativos.

O desmonte sistemático das políticas públicas para o campo teve início, principalmente, a partir da extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) no governo Temer (Caetano; Azevedo, 2017). As políticas de ATER, crédito fundiário, regularização de assentamentos etc. capitaneadas pelo MDA, foram, com a extinção do ministério, desmontadas e extintas pelo governo federal. Conforme destaca Perin (2021), as alterações também referem-se à própria maneira como os atores sociais vinham dialogando com o Estado. Se num contexto anterior, havia uma inserção significativa de representantes dos movimentos sociais no aparato burocrático do MDA, os ativistas institucionais, nesse novo contexto, "perderam espaço de modo abrupto nas discussões políticas, que agora voltaram a se concentrar para atender exclusivamente as demandas do agronegócio" (Perin, 2021, p. 40).

Seguindo essa linha, o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural (PNSR), principal demanda dos movimentos sociais, que estava nos planos do MDA para ser lançado em 2016, acabou não saindo do papel. O Plano aglutinava uma série de pautas e lutas históricas dos movimentos juvenis apresentadas nas Conferências Nacionais que envolviam ações e políticas públicas para a juventude, com destaque para ações e programas que estimulavam a permanência do jovem no campo, conforme destaca a representante do MST: "o plano foi resultado das conferências e dessas articulações que nós em alguma medida, em diferentes níveis de participação, nos inserimos no debate

dentro dos estados" (entrevista concedida aos autores em junho de 2022).

Com a crise política intensificada pelo processo de impeachment, e com o Ministério desativado, o Plano foi desconsiderado pelas gestões Temer e Bolsonaro, e representou nos anos seguintes a principal reivindicação dos movimentos da juventude do campo.

Ligada, inicialmente, à Secretaria Geral da Presidência da República, a Secretaria Nacional de Juventude também sofreu desmontes e as perdas foram tanto institucionais como políticas. A SNJ representava o principal órgão gestor específico para a juventude no país e seu surgimento significou, nos anos 2000, o principal marco da Política Nacional de Juventude. No final da segunda gestão Dilma, interrompida pelo processo de impeachment, a SNJ já vinha passando por situações conflitantes, como a discussão sobre a unificação com a Secretaria de Políticas para as Mulheres, impulsionada pelos cortes de verba realizados pelo governo, porém, após intensa mobilização por parte das organizações e movimentos, o governo federal voltou atrás da unificação.

Com a entrada de Michel Temer na chefia do executivo, a unificação das duas secretarias voltou à cena, desta vez de maneira efetiva. A unificação da SNJ com a Secretaria de Políticas para as Mulheres representou uma mudança não apenas de sala ou prédio, mas uma mudança de perspectivas em torno do papel da gestão pública em relação às políticas públicas de juventude (Caetano; Azevedo 2017). A SNJ, órgão proponente e gerenciador das Conferências Nacionais de Juventude junto com o Conselho Nacional de Juventude, perdeu sua força política, e sem o diálogo com a extinta pasta de juventude do MDA, as ações para a juventude rural ficaram na gaveta.

“A gente tem passado por um momento de muitos retrocessos enquanto juventude rural. Hoje nós não temos nenhuma política pública voltada para a juventude do campo. A juventude tem buscado acesso através de outras políticas que conseguem se enquadrar, mas não existe uma política de incentivo à permanência no campo. Na pandemia isso veio agravar, principalmente pela falta de internet no campo” (representante da CONTAG, entrevista concedida aos autores em maio de 2022).

Em 2019, no governo Bolsonaro, a SNJ passou a compor o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, comprimindo ainda mais a capacidade político-institucional do órgão. Sem diálogo com o Conselho Nacional de Juventude, a Secretaria não organizou em 2019, ano em que deveria ocorrer, a 4ª Conferência Nacional de Juventude, interrompendo o ciclo de construção e consolidação dessa instituição participativa no processo de institucionalização do jovem enquanto ator social e político que necessita de políticas públicas específicas e que surjam da participação social. A falta de diálogo com a SNJ, a extinção do MDA e a falta de atenção do poder executivo com o Conselho Nacional de Juventude impuseram uma barreira entre o Estado e os movimentos sociais. Em entrevista, a coordenadora de juventude da Contag afirmou:

“A gente tinha o MDA e a SNJ, tínhamos um diálogo muito bom na época [nos governos petistas] Nós procuramos a Secretaria Nacional de Juventude para conversar, apresentar as pautas e os anseios, mas percebemos muita resistência [da Secretária Nacional] porque ela não conhecia o meio rural” (representante da CONTAG, entrevista concedida aos autores em maio de 2022).

Ainda para ela, esse distanciamento foi intensificado pelas mudanças no desenho institucional do Conjuve: “Na eleição do

Conjuve acabamos ficando de fora, a Contag, a CUT e outras organizações. A gente não participou do processo eleitoral porque as vagas eram bem restritas, várias instituições de esquerda ficaram de fora".

Entretanto, os movimentos sociais continuaram a se organizar em suas bases. O MST realizou, em 2019, o Seminário Nacional sobre o papel da juventude sem terra no MST a fim de debater quais e como seriam as inserções dos jovens na dinâmica do movimento buscando consolidar essa categoria enquanto um ator relevante para o processo político. Segundo o documento síntese do Seminário, nesse momento (em 2019) era necessário fazer um "balanço da trajetória da juventude construída na história de luta e organização política do Movimento (...) [para] reposicionar o papel estratégico da Juventude Sem Terra e projetar ajustes orgânicos do Coletivo de Juventude frente aos desafios do MST e da luta de classes" (Síntese, 2019, p. 01). Neste sentido, destaca-se que a demanda pela reorganização da juventude foi ativada mediante o contexto político desfavorável às ações dos movimentos sociais em diversos âmbitos no cenário brasileiro.

Esse Seminário também buscou repensar as ações da juventude em diversos eixos de atuação do MST: luta pela terra e defesa do território; reforma agrária popular; organização do coletivo; agroecologia e questão ambiental; formação e trabalho de base; internacionalismo, entre outras. O Coletivo de Juventude Sem Terra é o espaço organizativo que busca essa inserção ativa da juventude nas linhas políticas e estratégicas de atuação do movimento e que busca criar mecanismos organizativos de relação com a base até as instâncias nacionais "para massificar mais a juventude como sujeitos políticos da organicidade do Movimento" (p. 10).

O espaço construído pelo Campo Unitário representou para a juventude rural, naquele momento, uma possibilidade de

reconstrução coletiva das pautas e das táticas de enfrentamento à desinstitucionalização ainda em curso, porém, a interrupção institucional desmobilizou a organicidade da juventude, aspecto que ainda precisa ser superado pelos movimentos sociais. Para Luiza Dulci, ex-coordenadora de juventude do MDA, em reunião do Campo, existe uma "dificuldade da juventude rural se organizar desde o golpe de 2016, que impactou bastante a agenda juvenil; os pequenos coletivos foram muito desarticulados, é um desafio manter esse coletivo articulado e atuante"<sup>2</sup>.

As pautas estruturantes do PL são demandas históricas da mobilização em torno da sucessão rural, mas com apontamentos para questões mais concretas, como discutiremos na seção a seguir.

### **Novas táticas para antigas demandas: a tentativa de rearticulação da juventude rural**

A crise estrutural do capital, somada à crise sanitária causada pela pandemia, reverberou na maioria dos países em crises econômicas, sociais e políticas. Nesse contexto, os movimentos sociais do campo iniciaram um processo de construção de alternativas que visasse o enfrentamento da crise. Estudos apontam que a demanda pela reforma agrária possui intensa interação entre os movimentos sociais e o Estado. Para Penna e Rosa (2015) as políticas públicas para o meio rural são formuladas e implementadas em níveis distintos (gabinetes ministeriais, assentamentos rurais etc.), tendo suas negociações e planejamentos perpassados pelo diálogo entre as organizações rurais e a burocracia estatal. Essa interação, também denominada pelos autores de política de proximidade, foi impulsionada ainda mais pela chegada do PT ao executivo e a inserção de militantes no INCRA, no início dos anos 2000. Porém, a crise democrática

---

<sup>2</sup> Relato observado e anotado a partir da participação dos autores na mesma reunião.

vivenciada no Brasil, sentida fortemente no desmonte de políticas públicas e instituições participativas, freou ainda mais o já lento processo de instituição da reforma agrária no país, mais antiga e principal reivindicação unitária dos movimentos do campo.

Especificamente, segundo informações fornecidas pela representante do MST em entrevista, a juventude sem terra se organizou através de quatro táticas no início da pandemia, a principal delas foi a política de solidariedade, traduzida na participação dos jovens nas ações solidárias empregadas pelo MST. Essas atividades representaram para o coletivo da juventude uma escola de formação, incorporando o simbolismo das históricas jornadas presenciais para um novo tipo de jornada, de caráter solidário e com os limites impostos pela pandemia. As outras três táticas empregadas foram: continuidade do processo de formação política e ideológica, através de experiências *online*; o fortalecimento dos coletivos de juventude estaduais, impulsionado pelo seminário nacional da juventude, que estimulou reflexões sobre como re-posicionar a juventude no campo da atuação política; além da construção de uma série de ações simbólicas com caráter de agitação e propaganda com grupos reduzidos de jovens. De acordo com a liderança entrevistada, as ações de solidariedade possuíam um "caráter solidário, de ação simbólica, com uma intencionalidade mais para dentro" e serviu como trabalho de base e organização naquele momento.

Como afirma Martelli (2021), organizações e lideranças passaram a contribuir com as gestões locais através dessas iniciativas de solidariedade, sendo a principal delas, a doação de alimentos. Essas ações solidárias não representam apenas uma tática defensiva, mas procuram reforçar na sociedade aspectos como a produção de alimentos saudáveis e a importância da agricultura familiar.

Ao analisarem como os movimentos sociais criam estratégias para lidar com problemas oriundos de momentos de incertezas e rápidas mudanças, como no caso de pandemias, Abers, Rossi e von Bulow (2021) afirmam que a pandemia do Covid-19 afetou o sistema político de cada país de maneiras distintas. Na análise, os autores consideraram que para compreender as respostas dos movimentos é necessário combinar teorias dos movimentos sociais com os estudos sobre como ideias são criadas e recriadas em tempos de crises. Os autores entendem, ainda, que os movimentos sociais se constituem como atores chave na política durante esses períodos (rupturas políticas, guerras, pandemias etc.), pois apresentam novas ideias e constroem coalizões que permitem contornar, em certa medida, essas conjunturas adversas.

Analisando o caso do Brasil e Argentina, os autores afirmam que, em ambos os casos, os movimentos sociais adentraram numa disputa ideológica. Especificamente no Brasil, o início da pandemia foi marcado pela disputa de narrativas acerca da natureza do problema epidemiológico e das informações sobre a pandemia. Esse fato limitou a proposição efetiva de debates sobre políticas públicas de longo prazo, pois os movimentos sociais se dedicaram à disputa contra o negacionismo, endossado pelo governo federal. As estratégias utilizadas pelos movimentos no período inicial da pandemia se concentraram em campanhas de conscientização e posteriormente, em campanhas e ações de solidariedade. Para os autores, a combinação entre coalizões e disputas ideológicas fundamentaram a agência dos movimentos e dos ativistas naquele primeiro momento da pandemia (Abers; Rossi; von Bulow, 2021).

Passado o período inicial da pandemia, os movimentos passaram a se articular de maneira incomum aos costumes e práticas históricas: de maneira remota, com diálogos de caráter interno, na tentativa de reordenar as mobilizações, dialogando mais entre si e

menos externamente. As condições adversas vivenciadas pelos movimentos sociais nos últimos anos, em relação ao diálogo fragilizado com o Estado (Medeiros, 2020), nos impulsionam a considerar outras dimensões nos estudos acerca dos movimentos sociais. As ações, discursos e repertórios públicos, historicamente analisados, abrem espaço, nesse contexto de crise, para a compreensão do que acontece nos bastidores dos movimentos, ou seja, as ações e articulações não visíveis, necessárias para o reordenamento das táticas e reconfiguração da ação coletiva pública.

Para entender como os movimentos sociais de juventude iniciaram um processo de reorganização tática é preciso destacar o contexto que envolvia o Campo Unitário e o âmbito legislativo naquele momento. O Campo Unitário refere-se ao conjunto de diversas organizações e movimentos rurais que se reúnem para debater as questões do meio rural. As juventudes desses movimentos criaram então a rede denominada Campo Unitário da Juventude, impulsionada principalmente pela mobilização do PL 9263/2017.

O Projeto de Lei (PL) 9.263/2017, referente à Política e o Plano Nacional de Sucessão Rural, foi o resultado de anos de debate, discussões e proposições dos movimentos sociais de juventude rural que concentraram nessa Política e Plano Nacional suas principais reivindicações para os jovens do campo com destaque para a questão do acesso à terra. O PL se encontrava na Comissão de Agricultura, Pecuária e Abastecimento da Câmara dos Deputados. A pressão dos movimentos em torno desse PL se intensificou após Jair Bolsonaro extinguir, em 2020, o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, aprovado, porém, parado desde 2016.



Fazem parte do Campo Unitário os seguintes movimentos: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Pastoral da Juventude Rural (PJR), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF), Levante Popular da Juventude (LPJ), Movimento Camponês Popular (MCP), Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM), acadêmicos, pesquisadores e outros.

O PL 735/2020, conhecido como PL Assis de Carvalho, dispunha “sobre medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares do Brasil para mitigar os impactos socioeconômicos da Covid-19” (Senado Federal, s. p.). Era um PL amplo, não focado na juventude, mas que buscava mediar os impactos sofridos pelos agricultores durante a pandemia. Esse PL foi resultado do acúmulo de diálogos entre as organizações do Campo Unitário e foi aprovado, porém, vetado por Bolsonaro em quase sua totalidade.

Após continuidade de discussões e articulação dos movimentos, foi editado um novo PL, denominado PL Assis de Carvalho 2, com alterações da primeira versão. Durante o processo de construção desse PL, as mulheres do Campo Unitário se mobilizaram e incidiram com proposições na formulação das diretrizes do futuro PL. Seguindo o mesmo caminho, a juventude do Campo Unitário percebeu que era necessário fazer a mesma articulação e defender pautas estratégicas para os jovens, tendo em vista que no debate mais amplo e estrutural das demandas rurais, as questões da juventude costumam ocupar lugar periférico. Dessa forma, após articulação das organizações juvenis, os movimentos decidiram criar um PL com foco na emergência de ações propositivas para o jovem, considerando as antigas demandas, como a sucessão rural e permanência no campo, mas também,

levando em conta as problemáticas surgidas ou potencializadas pela pandemia, pautando geração de renda, empregos e perspectivas para o jovem.

Nessa tentativa de incidir no legislativo, a busca por deputados federais se fez fundamental no processo de inserção da Plataforma no campo político. Conforme destaca Zorzal (2021), os movimentos sociais buscam influenciar as demandas estatais por meio do legislativo, especialmente se articulando com deputados que apoiam as suas causas, já que esse espaço é "composto por parlamentares (vereadores, deputados estaduais e federais ou senadores) de partidos diferentes, com objetivos políticos diversos" (Zorzal, 2021, p. 46). Neste sentido, a partir da inserção dos autores nos debates do Campo Unitário, percebeu-se que a juventude se mobilizou e conseguiu incidir no núcleo agrário do PT na Câmara Federal, levando o debate do futuro PL para discussão interna do partido. Outra estratégia utilizada foi a escolha de representantes dos movimentos para formar uma equipe de mobilização em Brasília a fim de pressionar e dialogar com deputados, partidos e assessores parlamentares ligados à questão agrária, ainda em 2021.

Dadas as articulações dos atores, a rede passou a construir junto ao mandato do deputado federal João Daniel (PT/SE)<sup>3</sup>, desde 2020, uma proposta de Requerimento a ser apresentada em novembro de 2021 na Comissão de Legislação Participativa (CLP) para a realização de audiência pública relacionada ao tema da juventude e sucessão rural, como preparativo para a inserção do

---

<sup>3</sup> João Daniel é agricultor, natural de São Lourenço d'Oeste (SC) e está em seu segundo mandato como deputado federal. Ele já integrou a Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia em intervalos diferentes desde 2016. Entre outras propostas, o deputado é um dos autores do projeto que busca ampliar a oferta de créditos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf - PL 1003/22) (Agência Câmara de Notícias, 2022).

PL na Câmara. As propostas foram apresentadas ao deputado pela representante da Juventude do MST e trouxeram como objetivo temáticas referentes que visavam: “a adoção de Bolsa Permanência no Campo; apoio à produção de alimentos e conservação ambiental; agroindustrialização; internet, tecnologia e inclusão; cultura, arte, esporte e lazer; educação do campo e formação técnica” (site do deputado João Daniel, 2020).

Naquele momento, o Plano Nacional de Sucessão Rural estava extinto pelo governo Bolsonaro, e posteriormente viraria novamente um projeto de lei. Entretanto, divergências entre os movimentos (sem terra e sindicais) em torno da questão da sucessão rural, potencializaram a criação desse novo PL, denominado de PL da Juventude, que não tinha como objetivo e foco a sucessão, mas em pautas emergenciais e mais amplas. Durante esse processo, o PL Assis de Carvalho 2 foi aprovado, porém, vetado novamente por Bolsonaro em seguida. O veto presidencial forçou o Campo Unitário a iniciar uma mobilização no legislativo na tentativa de derrubar a decisão do governo. Após intensas articulações com partidos políticos, parlamentares e assessores, o veto foi derrubado no Senado Federal, representando uma conquista dos movimentos e ativistas institucionais no legislativo.

Com a derrubada do veto no PL Assis de Carvalho 2 e os esforços empregados pelos movimentos para isso acontecer, somada à intensa agenda legislativa de fim de ano, a mobilização em torno do PL da Juventude foi perdendo forças. Outro fator foi a retomada das atividades presenciais dos movimentos que demandaram um alto grau de organicidade e planejamento, forçando as organizações a redirecionar seus esforços para a construção dessas atividades, como os congressos, encontros, acampamentos e seminários.

“A gente fez uma boa avaliação desse processo, tinha uma fragilidade: uma coisa é a força do Campo Unitário para mobilizar luta, aprovação, funcionamento, derrubar os vetos, outra coisa é a força que tem as juventudes, então nós definimos que iríamos fazer do PL um instrumento interno para a base da nossa juventude, nós construímos ele enquanto uma plataforma emergencial que está para ser apresentada para os governos estaduais, parlamentares nos estados e ser também esse instrumento de trabalho de base com a nossa juventude e a proposição é que no próximo período a gente coloque ele como PL e insira ele nos programas e plataformas dos governos eleitos” (representante do MST, entrevista concedida aos autores em maio de 2022).

No ano de 2022, a relação dos movimentos com o poder legislativo continuou em torno dos projetos de lei, mas ganhou também novos olhares: a disputa eleitoral. Em Reunião Ampliada das Juventudes do Campo Unitário, realizada em 2021, um dos encaminhamentos políticos foi “qualificar nossa participação no processo eleitoral fortalecendo a pauta política da nossa plataforma e envolver a juventude na disputa eleitoral como uma batalha importante, com irreverência e criatividade”. De acordo com a militante da Direção Nacional de Juventude do MST:

“A nível nacional o MST sempre se posicionou no sentido de fortalecer candidaturas progressistas, historicamente nós temos uma ligação com mandatos que vem dessa parceria com o movimento camponês, de ter compromisso com a reforma agrária e historicamente a gente sempre intencionalizou a construção de pautas concretas que fortaleçam essa bancada no congresso nacional, então esse ano o MST está lançando em alguns estados candidaturas próprias [...] fortalecendo a nível nacional candidaturas populares de jovens, mulheres, companheiros e companheiras que têm compromisso com a reforma agrária”.

Para além das candidaturas, a antiga tática de dialogar com candidaturas que não sejam oriundas do movimento sem terra, mas que possuem proximidade com as pautas do movimento, esteve presente e ganhou maior centralidade no processo eleitoral de 2022, como destaca ainda a entrevistada:

“Nós também construímos uma agenda a nível nacional que a gente chama de Encontro Com Parlamentares, onde nós apresentamos um conjunto de pautas e compromissos que nós entendemos também que no período eleitoral esses companheiros e companheiros tem a tarefa de estar na luta da agricultura camponesa, reforma agrária, políticas públicas para juventude, avanço do agronegócio, então nós temos as candidaturas majoritárias e proporcionais tendo esse diálogo, já estamos colocando centralidade nas eleições deste ano, é a principal eleição das nossas vidas nesse período”.

A mobilização em torno do poder legislativo por parte dos movimentos juvenis pode representar um acúmulo político que resultou do aprendizado obtido com a experiência recente. As mudanças de regime (Tilly, 2006) podem alterar significativamente o lugar de determinadas políticas e atores, dadas as percepções de cada gestão. Assim, ao mobilizarem esforços e recursos em projetos de lei e candidaturas legislativas, os movimentos sinalizam que as pautas precisam ser materializadas em políticas de Estado e não apenas de governo. Se nos governos petistas o trânsito das lideranças e ativistas juvenis no poder executivo era de fácil acesso, o afastamento da militância do poder executivo e das instâncias participativas foi uma perda central para os movimentos.

Durante os governos petistas, alguns movimentos optaram por não imprimir esforços na participação institucionalizada à nível federal,

como por exemplo, a participação em conselhos e conferências, porém, o desmonte que esses espaços sofreram no governo Bolsonaro, reconfigurou a relação que os movimentos tinham com esses espaços, aproximando-os. A tentativa por parte dos movimentos de manter as instituições participativas ativas, somada à aproximação com o legislativo desses espaços durante se tornaram táticas fundamentais:

“a luta institucional talvez seja uma que historicamente a gente centrou menos força por compreender que ela tem diversas limitações, mas no momento como esse do governo Bolsonaro a gente reavalia que a luta institucional tem sim grande importância” (representante da PJR, entrevista concedida aos autores em junho de 2022).

Essas recentes perdas resultaram em um aprendizado político para a juventude rural e têm conduzido e aproximado cada vez mais a juventude do campo das disputas eleitorais: colocando nomes à disposição dos partidos e construindo candidaturas alinhadas às demandas juvenis. Para uma militante do MPA, em reunião do Campo Unitário, é fundamental a inserção da juventude rural na dinâmica eleitoral de 2022. Para ela, é necessário “pensar o PL como mobilização, luta concreta e conquista [e considerar] a importância de estarmos no processo eleitoral para realizar mudanças nas estruturas”. Ainda para os entrevistados, no início do processo de constituição da Plataforma, a ideia dos movimentos já era de fortalecer, consolidar e ampliar a articulação do Campo Unitário, através de reuniões periódicas da rede e das articulações estaduais, no primeiro semestre de 2022. De acordo com a representante do MST em entrevista, essas estratégias tinham como objetivo acumular forças para projetar em 2023 um “processo nacional de luta”.

Dessa forma, após a experiência e a dificuldade encontrada no trâmite do PL Assis de Carvalho (1 e 2) na Câmara, mas também forçados pelas relações de poder entre movimentos-legislativo, os movimentos repensaram e decidiram transformar o acúmulo de discussões e diálogos acerca do PL da Juventude em uma plataforma, materializada em um documento. De acordo com um dos entrevistados, esse documento serviria tanto para atividades internas das organizações, como as formações de base, como também para o diálogo com candidaturas do legislativo e executivo:

“O nosso PL que nem chegou a ser PL ficou mais na Plataforma porque as condições na luta legislativa não andam muito favoráveis [...] desde o início nós já sabíamos que [o PL Assis de Carvalho] podia ser aprovado, que Bolsonaro ia vetar, que não ia ter orçamento, e o que foi que aconteceu [...] então nós fortalecemos essa luta do Assis de Carvalho e ficou inviabilizado do nosso ser transformado em PL concretamente, então concretamente ele está mais como uma plataforma emergencial da juventude, mas não chegou a se transformar em PL e nem vai chegar nesse ano de eleição” (representante do MST, entrevista concedida aos autores em maio de 2022).

A Plataforma tinha como objetivos: a) pautar a luta econômica e políticas públicas para a juventude, pautando o projeto de país; b) fortalecer a organização e mobilização da juventude dos territórios; c) articulação política e busca por conquistas para juventude. Além de ter como princípios:

“a) a luta pelo território; b) defesa da vida e dos bens da natureza; c) permanência e formação de uma nova geração de jovens do campo, das águas e das florestas; d) educação do campo, indígena e quilombola; e) geração de trabalho, renda e autonomia para a juventude”.

Para um militante do Movimento dos Pequenos Agricultores, em reunião do Campo Unitário realizada em 21 de novembro de 2021, "essa construção é o início do debate sobre a nova geração camponesa [...] O PL é o início de um amplo processo de politização do processo eleitoral". Corroborando com essa fala, a liderança entrevistada da PJR afirma que: "a leitura que fazemos é que precisamos nos reunir para discutir sobre os desafios da juventude camponesa e vamos avançar no debate do PL".

Dessa forma, o que os movimentos acreditaram que seria um Projeto de Lei se transformou em algo mais amplo. A Plataforma da Juventude representa esse acúmulo de ideias, propostas e demandas dos movimentos sociais e tem servido como instrumento centralizador das questões da juventude rural. Em 2022, a Plataforma se desdobrou na "Plataforma de Governo dos Povos do Campo, das Florestas e das Águas para ganhar as eleições e governar o país"<sup>4</sup>, documento que foi dialogado com a candidatura do governo Lula e tem sido utilizado pelos movimentos para suas formações internas e diálogo com demais mandatos e governos subnacionais. A Plataforma, entretanto, não se resume ao documento apresentado, mas representa uma aglutinação de proposições que tem se construído coletivamente e continuamente pelo Campo Unitário da Juventude.

### **Considerações finais**

Os resultados da pesquisa corroboraram com a hipótese de que assim como os diversos movimentos sociais, os movimentos de juventude do campo reconfiguraram suas ações internas e suas táticas externas em um período de afastamento desses

---

<sup>4</sup> O documento pode ser acessado no seguinte link:  
<https://abre.ai/campounitario2022>.



movimentos com o campo político que distanciou os ativistas dos espaços formais de participação. Consideramos que o poder legislativo, que já era utilizado pelos movimentos juvenis em menor medida, se configurou desde o início do governo Bolsonaro como principal via institucional de mobilização por parte das organizações de juventude rural.

Além disso, as ações internas de formação de base para a militância também se colocaram como grande tática empregada e foram impulsionadas pelos limites impostos pela pandemia. Apesar da intensa tentativa de articulação com o legislativo: assessores parlamentares, núcleo agrário do PT, demais partidos políticos etc., a agenda do congresso e as diversas pautas em períodos eleitorais colocaram um freio no processo de consolidação do PL na Câmara. O PL da Juventude se transformou, nesse período, em uma Plataforma e serviu como documento base para o diálogo e construção de candidaturas presidenciais e legislativas. A volta presencial das atividades dos movimentos também constituiu em 2021 uma barreira para a continuidade da mobilização do PL. Envolvidos na organização de grandes eventos, alguns reunindo milhares de jovens rurais, os movimentos direcionaram seus esforços para a rearticulação interna das suas organizações nacionais, estaduais e municipais, na tentativa de retomar a organicidade interrompida pela pandemia.

Porém, percebemos que o processo organizativo de aglutinar diferentes movimentos sociais e organizações juvenis com cunho sindical produziu um acúmulo político e um aprendizado que têm guiado as ações e os planejamentos para os próximos períodos. Apesar da não efetivação do PL da Juventude, o instrumento, através da Plataforma, tem sido fundamental no processo de reorganização interna dos movimentos e na construção de alianças com pré-candidatos, partidos e com a disputa de

narrativas acerca das demandas da juventude rural com a sociedade. Por fim, acreditamos que esse estudo tem a contribuir com os avanços analíticos em curso acerca da participação institucional, da relação entre movimentos e poder legislativo e do reordenamento de repertório dos movimentos sociais em tempos adversos à participação e nos impõe novas questões a serem investigadas nos próximos períodos.

### **Agradecimentos**

Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada no 13º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, em 2022, com comentários de Adrián Gurza Lavalle (USP), a quem os autores agradecem imensamente pelas contribuições. Os autores ainda agradecem o financiamento do CNPq pelas bolsas de doutorado (Processo nº 164701/2022-2) e PQ2 (Processo nº 302842/2022-5).

### **Referências**

- Abers, R.; Rossi, F.; Von Bulow, M. (2021). State–society relations in uncertain times: Social movement strategies, ideational contestation and the pandemic in Brazil and Argentina. *International Political Science Review*, (42), 333-349. doi: 10.1177/0192512121993713
- Abers, R.; Almeida, D.; Von Bulow, M. (2022). Movements and parties beyond contentious performances. *Partecipazione e Conflitto*, 15 (3), 970-976.
- Abramo, H. W. (2005). O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In: Freitas, M. V. de (Org.). *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. São Paulo: Ação educativa, p. 20-35.
- Agência Câmara de Notícias. (2022). *Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia será*

- presidida pelo deputado João Daniel*. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/869074-comissao-de-integracao-nacional-desenvolvimento-regional-e-da-amazonia-sera-presidida-pelo-deputado-joao-daniel/>. Acesso em 06 jun 2022.
- Barcellos, S. B. (2017). As políticas públicas para a juventude rural: o PRONAF Jovem em debate. *Planejamento e Políticas Públicas*, (48), p. 149-174.
- Barcellos, S. B. (2021). *Juventude rural e conflitos socioambientais no Brasil: existências e resistências*. 1. ed. Curitiba: Appris Editora.
- Caetano, E.; Azevedo E. (2017). Políticas públicas e juventudes: algumas particularidades do caso brasileiro. *Polis. Revista Latinoamericana*, (48), 1-18.
- Carneiro, M. J. (1999). O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: Silva, F. C. T. da; Santos, R.; Costa, L. F. de C. (Orgs). *Mundo Rural e Política*. Rio de Janeiro: Campus, p. 95-118.
- Castro, E. G. de. (2009). Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. *Revista Latinoamericana de Ciências Sociales, Niñez y Juventud, Manizales*, (7), p. 179-208.
- Castro, E. G. de C. et al. (2009). *Os jovens estão indo embora?: juventude rural e a construção de um ator político*. Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda.
- Contag. (2020). Contag promove a live “A Arte da Juventude é Resistir”; assista. Disponível em: <https://ctb.org.br/a-ctb/ctb-jovem/contag-promove-a-live-a-arte-da-juventude-e-resistir-assista/>. Acesso em 14 abr 2023.
- Deputado João Daniel. (2020). *Juventude do Campo Unitário apresenta propostas ao Núcleo Agrário do PT na Câmara. 01 de setembro*. Disponível em: <https://deputadojoaodaniel.com.br/juventude-do-campo-unitario-apresenta-propostas-ao-nucleo-agrario-do-pt-na-camara/>. Acesso em 06 jun. 2022.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010). *Censo demográfico 2010*. Brasília: IBGE, 2010. Disponível em:

- <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil>>. Acesso em: 11 de mar. de 2018.
- Martelli, C. (2020). Ações solidárias para enfrentamento da Covid 19: gestão participativa importa. *NAU - A Revista Eletrônica da Residência Social*, (11), 271-279. doi: 10.9771/ns.v11i21.38640
- McAdam, D.; Tarrow, S.; Tilly, C. (2009). Para mapear o confronto político. *Lua Nova*, São Paulo, (76), p. 11-48.
- Medeiros, L. de. (2020). Movimentos sociais no governo Bolsonaro. *Revista da ANPEGE*, (16), 490–521. doi: 10.5418/ra2020.v16i29.12502
- Oliveira, M. (2022). *Movimentos sociais, partidos políticos e partidos movimentos: análise de interações a partir da formação da Rede Sustentabilidade*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Penna, C.; Rosa, M. (2015). Estado, movimentos e reforma agrária no Brasil: reflexões a partir do Incra. *Lua Nova*, (95), 57-85. doi: 10.1590/0102-6445057-085/95
- Pereira, M. (2020). Ativismo Institucional no Poder Legislativo: confrontos políticos, assessores ativistas e frentes parlamentares. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (31), 301-338. doi: 10.1590/0103-335220203108
- Pereira, M. (2022). Movimentos sociais, partidos políticos e políticas públicas: princípios e dimensões analíticas a partir do caso das relações entre movimento LGBTQ+ e PT. *Novos Estudos CEBRAP*, 41(3), 467–486. doi: 10.25091/S01013300202200030002
- Perin, G. (2021). O desmonte das políticas públicas para a agricultura familiar e a nova agenda governamental. *RAF - Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento*, (15), 33-55. doi: 10.18542/raf.v15i2.9075
- Schneider, S. (2021). Prefácio. En V. Zonin; D. Kroth. (comp.), *Juventude rural e sucessão rural na agricultura familiar*. Curitiba, Brasil: Appris. APPRIS.
- Silva Júnior, M.; Moura, J. (2021). Dinâmicas da juventude rural nos processos participativos das Conferências de Juventude (2015): o caso dos jovens do Território do Mato Grande. *Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar*, (11), 378-405. doi: 10.31560/2316-1329.111.15

- Tarrow, S. (2021). *Movements and parties: critical connections in american political development*. New York: Cambridge University Press.
- Tarrow, S. (2009). *Poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes.
- Tilly, C. (2006). *Regimes and Repertoires*. Chicago, Estados Unidos: University of Chicago Press.
- Tilly, C. (1999) From interactions to outcomes in social movements. In Giugni, M.; McAdam, D. e TILLY, C. (ed). *How social movements matter*. Minneaoplis: University of Minnesota Press.
- Vázquez, M.; Cozachcow, A. (2017). Activismo juvenil en partidos con gestiones de gobierno a nivel subnacional en Argentina (2007-2015). *Revista Sociologia e Política, Curitiba, (25), 47-72*. doi: 10.1590/1678-987317256405
- Zonin, V.; Kroth, D. (2021). *Juventude rural e sucessão rural na agricultura familiar*. Curitiba, Brasil: APPRIS.
- Zorzal, M. (2021). Considerações para uma agenda de pesquisa: Movimentos Sociais e Poder Legislativo. *Sinais, (25), 38-51*.



Este obra está bajo una licencia de Creative Commons Reconocimiento 4.0 Internacional.